

MISSION 300
#PoweringAfrica

**COMPACTO
NACIONAL
DE ENERGIA
PARA
MOÇAMBIQUE**



Preâmbulo

O Governo de Moçambique (GdM) está empenhado em assegurar energia fiável, acessível, sustentável, inclusiva e limpa para todos. O presente Compacto Nacional de Energia constitui um roteiro para acelerar o ritmo de acesso à energia com vista à concretização desse objetivo.

Moçambique alcançou um aumento notável no acesso à eletricidade desde 2018, praticamente duplicando a taxa de acesso, passando de 31% em 2018 para 60,1% em 2024.¹ Este aumento foi impulsionado pelo compromisso do Governo de atingir o acesso universal à eletricidade até 2030, conforme evidenciado com o lançamento, em 2018, do Programa Energia para Todos, apoiado pela Estratégia Nacional de Eletrificação (ENE). Adicionalmente, o compromisso de Moçambique em garantir a todos os cidadãos o acesso a soluções de energia modernas, acessíveis e fiáveis e provenientes de fontes limpas, foi reforçado com a recente aprovação da Estratégia de Transição Energética Justa. Em 2024, a eletrificação em Moçambique encontrava-se repartida da seguinte forma: 46% através da rede elétrica (on-grid), 2% por mini redes e os restantes 8% através de sistemas solares domésticos (SHS). No âmbito do Programa "Energia para Todos", o Governo mobilizou recursos substanciais junto dos parceiros de desenvolvimento, apoiados por importantes medidas políticas, incluindo a isenção da taxa de ligação para todos os agregados familiares, processos de aquisição mais eficientes, o reforço das capacidades institucionais, a promoção de um novo quadro regulatório para soluções fora da rede (off-grid) e a introdução de subsídios inovadores para facilitar o acesso das famílias à eletricidade e a cozinha limpa. O presente Compacto Nacional de Energia estabelece compromissos concretos para alcançar a próxima etapa da transformação do setor energético, alicerçado no Programa Energia para Todos.

Atingir 100% de eletrificação até 2030 exigirá 4,9 milhões de novas ligações, o que corresponde a 423 mil novas ligações por ano na rede elétrica e 435 mil novas ligações por ano off-grid, de acordo com os resultados preliminares do Plano Integrado de Acesso à Energia, baseado numa análise de custo mínimo. No relativo a cozinha limpa, o Governo pretende aumentar o acesso, dos atuais 17%, para cerca de 54% até 2030 (incluindo GPL).²

O Governo de Moçambique irá expandir a capacidade instalada de geração em mais 3,1 GW, incluindo a entrada em operação da Central Térmica de Temane, com 450 MW (prevista para 2026), e da Central Hidroelétrica de Mphanda Nkuwa, com 1.500 MW (em desenvolvimento). A

composição da geração de energia é atualmente de 78,4% proveniente de fontes renováveis. Até 2032, ano em que se espera que Mphanda Nkuwa esteja operacional, Moçambique prevê aumentar a quota de energia renovável para 80,6%. Com a conclusão prevista dos segmentos prioritários da rede de transmissão e das interconexões com os diversos países vizinhos, assim como com a modernização da já existente Hidroelétrica de Cahora Bassa, Moçambique prevê que, até ao final deste Compacto, continuará a ser um dos principais exportadores de energia da África Austral, apoiando os objetivos da Missão 300 não apenas em Moçambique, mas também na região, melhorando o acesso à energia, impulsionando o crescimento industrial e promovendo a criação de emprego.

O presente Compacto Nacional de Energia foi desenvolvido através de diálogos alargados e consultas a diversos intervenientes, incluindo parceiros de desenvolvimento, instituições filantrópicas, setor privado, sociedade civil e academia, de forma a fomentar parcerias cruciais para atingir os ambiciosos objetivos do Compacto. O presente documento complementa planos existentes e futuros, como a Estratégia de Transição Energética Justa, o Plano Integrado de Energia e a Estratégia Nacional de Eletrificação, ao estabelecer um plano de ação claro para atingir o acesso universal à energia até 2030.

Reconhecendo que o sucesso depende do desenvolvimento de capacidades e de esforços coletivos significativos, o Governo de Moçambique apela aos parceiros de desenvolvimento, instituições filantrópicas, setor privado e sociedade civil para que se associem a esta jornada transformadora, acelerando o ritmo de expansão do acesso à energia e contribuindo para a mobilização de recursos adicionais no valor de **18,6** mil milhões de dólares, incluindo **8,7** mil milhões de dólares provenientes do setor privado.

¹ Segundo Inquérito sobre a Situação do Acesso e Uso da Energia, elaborado pelo NBS – 2019/2020

² Estratégia Nacional de Cozinha Limpa e Plano de Investimento



Contents

1. DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO	3
2. METAS DO COMPACTO E PLANO DE AÇÃO	8
3. ENQUADRAMENTO NACIONAL E SETORIAL	15
3.1 Perspetiva Macroeconómica	16
3.2 Panorâmica geral sobre o setor energético	16
4. SITUAÇÃO ATUAL, OPORTUNIDADES E DESAFIOS	18
ANEXO I METRICAS DE INDICADORES CHAVE	24
ANEXO II PROJETOS E NECESSIDADES DE INVESTIMENTO	27
ANEXO III AÇÕES EM CURSO E APOIO DOS PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO	35



1

Declaração de Compromisso



O Governo de Moçambique está empenhado em assegurar energia fiável, acessível, sustentável, inclusiva e limpa para todos, de acordo com a Estratégia Nacional de Eletrificação “Energia para Todos” e a Estratégia de Transição Energética Justa (2023), ambas aprovadas pelo Conselho de Ministros em 2018 e 2023, respetivamente. Para tal, o Governo pretende realizar as seguintes ações:

- **Avançar para o acesso universal à energia moderna:** até 2030, Moçambique pretende aumentar o acesso à eletricidade dos atuais 60,1% para 100%, com especial atenção às áreas rurais remotas. Para tal, serão necessárias 4,9 milhões de novas ligações adicionais, correspondendo a 423 mil novas ligações por ano na rede elétrica (on-grid) e 435 mil novas ligações por ano fora da rede (off-grid), de acordo com os resultados preliminares do planeamento integrado de custo mínimo.
- **Acelerar o acesso a soluções de cozinha limpas:** conforme priorizado no Pilar 3 da Estratégia de Transição Energética Justa, o Governo de Moçambique pretende aumentar o atual acesso a estas tecnologias, que representa 17% (14% GPL e 3,4% outras soluções), para 54%, correspondendo a 23% GPL e 31% outras soluções, beneficiando 4,5 milhões de agregados familiares.
- **Desenvolver um sistema energético moderno baseado em fontes renováveis, através da expansão e modernização da rede elétrica nacional e do aumento da capacidade de geração renovável.** Moçambique pretende aumentar a participação de energia renovável, dos atuais **78,4%** para **80,6% até 2032³**, com investimentos significativos em energia solar, eólica e hidroelétrica, conforme priorizado no Pilar 1 da Estratégia de Transição Energética. Para assegurar que toda a nova capacidade de geração renovável possa ser integrada numa rede elétrica robusta, o país concentrar-se-á no fortalecimento e modernização das infraestruturas de transmissão e distribuição, com a previsão de adicionar mais de 2.000 km de linhas de transmissão.
- **Priorizar a integração regional de Moçambique,** com o objetivo de gerir de forma holística os recursos hídricos e outros recursos energéticos, construir uma linha principal de transmissão de 400 kV para ligar as regiões Norte, Central e Sul, e completar os interligadores com redes regionais, de modo a posicionar o país como um polo energético na África Austral, contribuir para a transição energética dos países vizinhos e reforçar a interligação regional.
- **Criar um ambiente favorável** que potencie a participação do setor privado no setor energético, através de processos de contratação competitivos, de

forma a mobilizar um total de **8.698 milhões de dólares de investimento privado até 2032**, apoiando a transição energética e os objetivos de desenvolvimento de Moçambique.

Para alcançar as metas estabelecidas no Compacto Nacional de Energia, o Governo de Moçambique compromete-se a abordar os principais obstáculos em toda a cadeia de valor da energia, conforme descrito no Plano de Ação do Compacto. Em particular, o Governo de Moçambique compromete-se a:

EIXO I

REABILITAR E EXPANDIR A INFRAESTRUTURA ENERGÉTICA A CUSTOS COMPETITIVOS

- **Para alinhar o planeamento nacional com a expansão energética resiliente e de menor custo,** o Governo compromete-se a atualizar o atual Plano Director de Infraestruturas Elétricas até 2026, nos termos dos princípios do planeamento de menor custo. O Governo compromete-se ainda a implementar atualizações periódicas e a implementar regulamentação que assegure o desenvolvimento da geração de energia e dos investimentos associados em conformidade com o Plano Estratégico.
- **Para assegurar o desenvolvimento transparente e economicamente eficiente da nova capacidade de geração de energia,** o Governo exigirá concursos públicos competitivos para projetos de geração e promoverá o alinhamento da Lei de Parcerias Público-Privadas com a Lei da Eletricidade (12/2022).
- **Adotar o princípio da operação integrada em cascata** dos atuais e novos projetos hidroelétricos na bacia do Zambeze, de forma a otimizar a utilização dos recursos de energia hídrica e os investimentos associados, incluindo o atual Projeto Hidroelétrico de Cahora Bassa e o futuro Projeto Hidroelétrico de Mphanda Nkuwa.
- **Para aumentar a eficiência energética do consumo e reduzir os custos do sistema a longo prazo,** o Governo compromete-se a implementar a Estratégia de Eficiência Energética aprovada em 2023 e a promover normas técnicas e tecnologias para os eletrodomésticos residenciais. O Governo compromete-se igualmente a operar o sistema elétrico de forma eficiente, de acordo com os códigos de rede de transmissão e distribuição, e a melhorar o fator de carga do sistema.

³ A entrada em operação do projeto hidroelétrico de Mphanda Nkuwa, prevista para 2032, irá acrescentar 1.500 MW à rede elétrica nacional.



EIXO II

POTENCIAR OS BENEFÍCIOS DECORRENTES DO REFORÇO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL

- **Para garantir a segurança, integridade e eficiência da operação do sistema elétrico e a adequada gestão do mercado de eletricidade**, Moçambique compromete-se a criar um operador independente do sistema e do mercado, assegurando recursos adequados e um ambiente institucional e regulatório propício ao seu funcionamento, incluindo a modernização do Centro Nacional de Operação e dos centros regionais domésticos subsidiários.
- **Para criar um sistema nacional de transmissão integrado e reforçar ainda mais a integração regional**, Moçambique compromete-se a estabelecer uma rede nacional de transmissão e interligações regionais prioritárias, em paralelo com a concretização de acordos bilaterais e multilaterais de compra de energia (PPAs).
- **Para facilitar a integração de energias renováveis e a ligação com redes regionais**, o Governo compromete-se a gerir o sistema elétrico de forma eficiente, em conformidade com os códigos de transmissão e distribuição, e a otimizar a utilização da carga do sistema.
- **Para que o país maximize os benefícios da exportação de eletricidade**, o Governo exigirá que as empresas públicas do setor elétrico adotem princípios comerciais sólidos nos contratos de exportação.

EIXO III

AVANÇAR PARA O ACESSO UNIVERSAL À ENERGIA, COM ESPECIAL ATENÇÃO ÀS ZONAS RURAIS E MAIS CARENCIADAS, E ACELERAR A ADOÇÃO DE SOLUÇÕES DE COZINHA LIMPAS

- **O Governo compromete-se a rever a Estratégia Nacional de Eletrificação (ENE) até 2026**, abrangendo instalações de saúde, educação e com finalidades produtivas, com base numa análise geoespacial de Eletrificação de menor custo, atualmente em desenvolvimento.
- **Para ampliar o acesso a soluções modernas de cozinha**, o Governo compromete-se a implementar a Estratégia Nacional de Cozinha Limpa e o Plano de Investimento associado, bem como a executar a estratégia de massificação do GPL e campanhas de sensibilização até 2028.
- **Para desbloquear o financiamento climático para o setor de cozinha limpa**, o Governo compromete-se a aprovar e implementar a regulamentação do mercado

de carbono em Moçambique, definir e adotar um valor de fNRB até 2026.

- **Para eliminar obstáculos à Eletrificação dos serviços públicos**, o Governo compromete-se a aplicar uma política de isenção de taxas de ligação para escolas e centros de saúde, bem como a estudar mecanismos que assegurem recursos financeiros para os custos operacionais contínuos da Eletrificação.
- **Para assegurar o financiamento sustentável do acesso à energia nas áreas mais remotas**, o Governo compromete-se a operacionalizar o Fundo de Eletrificação através da aprovação do regulamento de acesso universal e do reforço das capacidades de mobilização e gestão de recursos da FUNAE.
- **Para monitorizar de forma eficaz o progresso e orientar a tomada de decisões**, o Governo compromete-se a reforçar a Unidade Integrada de Planificação e Coordenação de Eletrificação (UIPCE) e a implementar um sistema nacional de monitorização e avaliação baseado no MTF (Multi-Tier Framework) para o acesso à eletricidade e à cozinha limpa, incluindo uma plataforma digital de monitorização atualizada.

EIXO IV

PROMOVER A PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO DE FORMA A MOBILIZAR RECURSOS ADICIONAIS

- **Para mobilizar capital privado para investimentos estratégicos na transmissão de energia**, o Governo compromete-se a avaliar o potencial de participação do setor privado e a criar um enquadramento regulatório adequado para viabilizar essa participação.
- **Para expandir o investimento do setor privado em soluções fora da rede (off-grid) e de cozinha limpa**, o Governo compromete-se a operacionalizar mecanismos de financiamento baseados em resultados e subsídios catalíticos, como os programas +ENERGIA, +SOL e outras iniciativas, incluindo GIZ EnDev e SNV-Brilho, ajustando e reforçando esses mecanismos para responder às necessidades em evolução do mercado.
- **Para acelerar a Eletrificação rural e tornar a energia mais acessível à população de menores rendimentos em Moçambique**, o Governo compromete-se a implementar os Regulamentos Off-Grid previstos na Resolução nº56/2022, de 30 de dezembro, abrangendo também os respetivos incentivos fiscais.
- **Para acelerar o processo de desenvolvimento de projetos**, o Governo compromete-se a mobilizar subvenções e financiamentos com condições favoráveis para investimentos em energias renováveis, promover programas de contratação competitivos



para projetos de energia renovável, e a reforçar a capacitação para os processos de concurso e avaliação, bem como a criar um "balcão único" de apoio aos promotores de projetos.

EIXO V

GARANTIR A SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DO OPERADOR ELÉTRICO, ASSEGURANDO A SEGURANÇA ENERGÉTICA E A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FIÁVEIS E ACESSÍVEIS

- **Para garantir a sustentabilidade financeira de longo prazo do setor elétrico**, o Governo compromete-se a assegurar uma matriz energética equilibrada e uma estrutura de custos otimizada para o país, bem como a aplicar a nova metodologia tarifária aprovada em 2022, que reflete os custos reais de produção, salvaguardando, simultaneamente, os consumidores de baixo rendimento.
- **Para garantir a sustentabilidade financeira e reforçar a credibilidade da EDM**, o Governo compromete-se a implementar um plano de regularização das dívidas acumuladas. Paralelamente, dará seguimento ao Plano de Redução de Perdas e à atualização do Plano de Reforço Financeiro, recorrendo a ferramentas digitais para melhorar o desempenho da empresa e avançando na modernização do registo e gestão da rede de clientes através de sistemas de informação geográfica (GIS).
- **Para reduzir os custos de infraestrutura e reforçar a resiliência climática**, o Governo compromete-se a adotar normas técnicas otimizadas e procedimentos de contratação adequados para as redes de transporte e distribuição de energia, abrangendo as zonas urbanas, rurais e periurbanas.
- **Para reforçar a transparência e a confiança dos investidores**, o Governo compromete-se a divulgar, de forma regular, as demonstrações financeiras anuais da EDM, devidamente auditadas.

O Governo compromete-se a garantir a monitorização rigorosa e transparente do Compacto Nacional de Energia, através da criação da Unidade de Monitorização do Compacto (UMC) no Ministério dos Recursos Minerais e Energia. A UMC será integrada na Unidade Integrada de Planificação e Coordenação de Eletrificação (UIPCE), contando com o apoio do Ministério da Energia e de outros parceiros. A UIPCE será fortalecida para recolher dados e estabelecer mecanismos que permitam tomar decisões informadas e ajustar as políticas conforme necessário, acompanhando o progresso rumo ao acesso universal à energia. As atividades de monitorização serão integradas no orçamento do programa.

Mobilização de Parceiros

O Governo convida parceiros de desenvolvimento, instituições filantrópicas e representantes do setor privado a apoiarem as ambições de Moçambique de construir um sistema energético moderno baseado em fontes renováveis, garantindo acesso universal à energia e promovendo a utilização generalizada de soluções de cozinha limpas⁴. Estes esforços irão impulsionar o crescimento económico, gerar novas oportunidades de rendimento e emprego, bem como apoiar os objetivos do país em matéria de desenvolvimento de baixo carbono.

⁴ O Pilar 1 e o Pilar 3 da Estratégia de Transição Energética Justa de Moçambique, aprovados pelo Conselho de Ministros em 2023



Necessidades de financiamento dos setores público e privado até 2030 (milhões de dólares)

	Geração	Transmissão (acima de 66 kV)	Reabilitação (HCB)	Ligações finais à rede elétrica	Fora da rede (off- grid)	Cozinha limpa	Assistência técnica	Total
Público	500	4.300	300	3.636	574	246,5	367	9.923
Privado	7.342	500	100	0	509	246,5	0	8.698
Total	7.842	4.800	400	3.636	1.083	493	367	18.620



2

Metas do Compacto e Plano de Ação



Este Compacto Nacional de Energia apresenta compromissos estratégicos, com metas específicas e prazos definidos, destinadas a promover o progresso rumo ao acesso universal à energia de forma fiável, acessível e sustentável.

Indicador	Taxa de acesso entre 2018 e 2024	Taxa alvo entre 2025 e 2030
Aumento da taxa de acesso à eletricidade (%)	31 % de acesso à energia até 2018 60 % de acesso à energia até 2024	100% até 2030 • Taxa de crescimento anual composta de 7 % • 71 % ligado à rede elétrica (on-grid) • 29 % fora da rede elétrica (off-grid)
Aumento do acesso a soluções de cozinha limpa (%)	14 % de acesso a GPL até 2024 3,4 % de acesso a outras tecnologias até 2024	23 % de acesso a GPL até 2030 12% de acesso a outras tecnologias até 2030

Indicador	Atual 2024	Meta até 2032
Participação da energia renovável (%)	78,4%	80,6%
Aumento da capacidade instalada de energia renovável (MW)	2.922 • Hídrica: 2.193 • Solar fotovoltaica: 98 • Eólica: 0 • Gás: 454 • Outras: 177	6.073 • Hídrica: 4.344 • Solar fotovoltaica: 303 • Eólica: 245 • Gás: 1004 • Outras: 177

	Referência 2024	Meta até 2030
Montante de capital privado mobilizado (milhões de dólares)	0 ⁵	8.698

⁵ Moçambique mobilizou, no passado, montantes significativos de investimento privado para a geração (ver Secção 4), mas a referência diz respeito ao ponto de partida deste Compromisso.



Plano de ação

Eixo	Indicador	Dados de referência (2024)	Ano previsto e ações necessárias para atingir a meta
I. Reabilitar e expandir a infraestrutura energética a custos competitivos	Plano Integrado de Eletricidade atualizado com abordagem de custo mínimo		Plano de Desenvolvimento do Sistema Elétrico atualizado, incluindo análise de custo mínimo e integração regional, finalizado e aprovado pelo Governo de Moçambique. Identificação de novos planos de investimento em geração, transmissão e distribuição, bem como projetos prioritários com base no plano atualizado (2026) Institucionalizar a atualização periódica do Plano de Desenvolvimento do Sistema Elétrico (2026)
	Política e quadro de contratação competitiva implementados para o investimento do setor privado em energia renovável		A regulamentação de implementação da Lei de Eletricidade de 2022 foi aprovada, garantindo que a contratação de investimentos privados em energia renovável seja atribuída de forma competitiva e siga o Plano de Desenvolvimento do Sistema Elétrico, conforme atualizado periodicamente (2025)
	Plano de Ação de Investimento para promover a eficiência energética e a gestão da procura nos setores com maior consumo de energia		Implementar as ações prioritárias da estratégia de eficiência energética aprovada em 2023: • Rever o código da rede para atualizar a referência do Fator de Potência de forma a reduzir perdas (2028) • Elaboração de normas (MEPS – Normas Mínimas de Desempenho Energético) para iluminação e equipamentos elétricos no mercado nacional (2026) • Criação de um selo nacional de eficiência energética para aparelhos elétricos ligados à rede e fora da rede (2027) • Promoção de boas práticas no uso da energia (2026) • Definição de normas para sistemas solares domésticos (SHS) e soluções de cozinha limpas (2026)
II: Integração Regional e Comércio de Energia	Consolidar a posição de Moçambique como principal exportador de energia para a SAPP		• Definir um plano para o aproveitamento integrado e eficiente do potencial hidroelétrico da bacia do Zambeze, tendo em conta os novos investimentos em curso, incluindo a Central Hidroelétrica de Mphanda Nkuwa (1.500 MW, prevista para 2026) e a futura reabilitação da Central Hidroelétrica de Cahora Bassa. • Elaborar uma política de definição de preços para a exportação de eletricidade, estabelecendo que as empresas públicas do setor energético celebrem contratos de exportação assentes em critérios comerciais sólidos.



	Reforçar a integração energética regional	• Estabelecer a rede principal de transporte de energia e as interligações prioritárias de transmissão, de modo a ampliar as oportunidades de comércio regional (2030). • Celebrar acordos bilaterais e multilaterais de compra e venda de energia (PPA) a preços de mercado (em curso).
	Modernizar a gestão da rede elétrica	Concluir o Centro Nacional de Controlo e os Centros Regionais de Despacho (2028)
	Criar um operador autónomo do sistema e do mercado	• Elaborar um Plano de Ação para operacionalizar o operador do sistema e avançar progressivamente para um operador do sistema independente (2026) • Criação do estatuto orgânico sobre a estrutura institucional e de mercado do setor, incluindo as respetivas funções e responsabilidades, a aprovar pelo Conselho de Ministros (2030)
II: Acesso até à última milha	Estratégia Nacional de Eletrificação atualizada, baseada no Plano Integrado de Acesso à Energia	• Finalizar o Plano Integrado de Acesso à Energia, baseado na análise geoespacial de custo mínimo (2026) • Atualizar a Estratégia Nacional de Eletrificação com base no Plano Integrado de Acesso à Energia, incluindo um plano para atualizações periódicas, bem como as infraestruturas públicas, soluções de cozinha limpas e usos produtivos (2027) • Elaborar uma avaliação do potencial de usos produtivos da eletrificação em rede e fora de rede (2026)
	Criação de mecanismos de financiamento sustentáveis para eletrificação e cozinha limpa	• Operacionalizar o Fundo de Eletrificação mediante a aprovação do regulamento de acesso universal (2027) • Reforçar a capacidade da FUNAE na mobilização e gestão de fundos (2028) • Adotar um valor fNRB para Moçambique, de forma a reforçar o mecanismo de financiamento por créditos de carbono para a cozinha limpa • Criação da Plataforma Nacional de Mini Redes de Moçambique (2025)
		• Reforçar e expandir os mecanismos de financiamento baseados em resultados e de subvenções catalíticas, como o +ENERGIA, +SOL e outros programas, • tais como o Giz EnDev ou o SNV-Brilho, para apoiar a eletrificação off-grid e soluções de cozinha limpas, oferecendo linhas de financiamento direcionadas para a participação do setor privado.
	Capacidade institucional e coordenação	• Reforçar a capacidade institucional da UIPCE, DNE, DNHC, EDM, FUNAE e ARENE, de forma a assegurar a implementação eficaz dos programas de eletrificação e de acesso a soluções de cozinha limpas.



- Reforço do acesso a dados energéticos e da sua gestão, com especial atenção para a capacitação técnica e aos mecanismos de armazenamento.
- Adotar uma plataforma digital de acompanhamento e avaliação, sob a responsabilidade da UIPCE, para acompanhar o acesso à eletricidade e às soluções de cozinha limpas, com base no inquérito Multi-Tier Framework atualmente em curso.

Reforço do setor de soluções de cozinha limpas

- Aprovar e adotar o regulamento do mercado de carbono de Moçambique
- Calcular e adotar um valor fNRB para Moçambique
- Aprovar e adotar a Estratégia Nacional para Soluções de Cozinha Limpas (2026)
- Aprovar e adotar o Plano de Investimento para Soluções de Cozinha Limpas (2027)
- Plano Estratégico para a Massificação do GPL aprovado (2026)
- Campanha de Sensibilização para Soluções de Cozinha Limpas (2026)
- Designação de uma agência líder com mandato para coordenar a agenda de Cozinha Limpa (2026)

Adoção da política de isenção de taxa de ligação para unidades de saúde e ensino

- Adotar a política de isenção de taxa de ligação para unidades de saúde e de ensino, de forma a eliminar uma das principais barreiras à eletrificação em rede e fora de rede, após avaliação do impacto no setor e de alternativas de compensação.
- Adotar um plano de manutenção para as unidades de saúde e de ensino eletrificadas

IV: Participação do Setor Privado

Facilitar a participação do setor privado no setor de transmissão

- Analisar o potencial de participação do setor privado na transmissão, devendo ser estabelecido um quadro regulamentar adequado

Acelerar o acesso à energia nas zonas rurais e melhorar a sua acessibilidade

- Colocar em prática a Estratégia Nacional de Eletrificação ao abrigo da Resolução.º56/2022, de 30 de dezembro, incluindo os incentivos fiscais para eletrificação ligada à rede e fora dela.

Criar condições favoráveis à participação do setor privado

- Ajustar a Lei de Parcerias Público-Privadas à Lei da Eletricidade (2027)
- Criação de instrumentos financeiros específicos, incluindo linhas de crédito e garantias, para apoiar projetos e empresas de energias renováveis e suprir a escassez de financiamento em moeda nacional
- Implementar programas de contratação competitiva para investimentos em projetos de energia renovável (em curso)
- Capacitação para processos de concurso e avaliação (em curso)



	Aproveitar os mercados de carbono para financiar o setor energético	Aprovar e adotar o regulamento do mercado de carbono
V: Empresas de serviços energéticos financeiramente sustentáveis e operacionalmente competentes	Sustentabilidade financeira da EDM: prosseguir com a implementação do Plano de Redução de Perdas	- Lançar uma nova iniciativa centrada na redução anual e eventual liquidação total dos atrasos de pagamento a produtores independentes de energia (IPP), aliada à aplicação rigorosa de disciplina financeira nas despesas e nas prioridades de pagamento. O principal objetivo da EDM será saldar os atrasos existentes, incluindo os devidos à HCB, reforçando assim a sua credibilidade financeira. Esta iniciativa implicará um esforço sistemático para reduzir anualmente os atrasos, com conclusão prevista para 2025. - A EDM deverá alcançar anualmente e de forma consistente, pelo menos 100 % da recuperação dos custos operacionais (incluindo serviço da dívida). Este objetivo foi atingido em 2023. A EDM deverá continuar a tendência atual de assegurar a recuperação integral dos custos operacionais todos os anos (2026). - Continuação do mapeamento SIG(GIS) dos clientes, melhoria dos sistemas operacionais e instalação de contadores inteligentes para grandes clientes, visando reduzir perdas comerciais (2028) - Atualizar o Plano de Redução de Perdas e o Plano de Fortalecimento Financeiro (2026)
	Garantir que a EDM recupera os seus custos operacionais através de uma tarifa que reflita os custos, assegurando ao mesmo tempo a sua acessibilidade	Implementar a nova metodologia tarifária aprovada em 2022, assegurando a atualização periódica dos níveis tarifários até 2026.
	Publicação das demonstrações financeiras anuais auditadas da EDM, assegurando a sua disponibilização às entidades competentes	A EDM deverá disponibilizar, de forma regular, as suas demonstrações financeiras anuais devidamente auditadas por entidade de reconhecida credibilidade.
	A EDM deverá adotar normas técnicas ajustadas e procedimentos de contratação mais eficientes	A EDM deverá adotar referenciais técnicos adequados para o planeamento e construção das infraestruturas de transporte e distribuição de energia elétrica, juntamente com práticas de contratação mais eficazes. Este processo incluirá a uniformização de normas aplicáveis a contextos urbanos, rurais e periurbanos, assegurando simultaneamente maior resiliência das infraestruturas face às alterações climáticas (2026).
	Promover a criação de emprego, reforçar a igualdade de género e	Elaborar uma estratégia nacional de género para o setor energético, com o objetivo de aumentar em 30 % a participação das mulheres, incluindo no emprego e no empreendedorismo

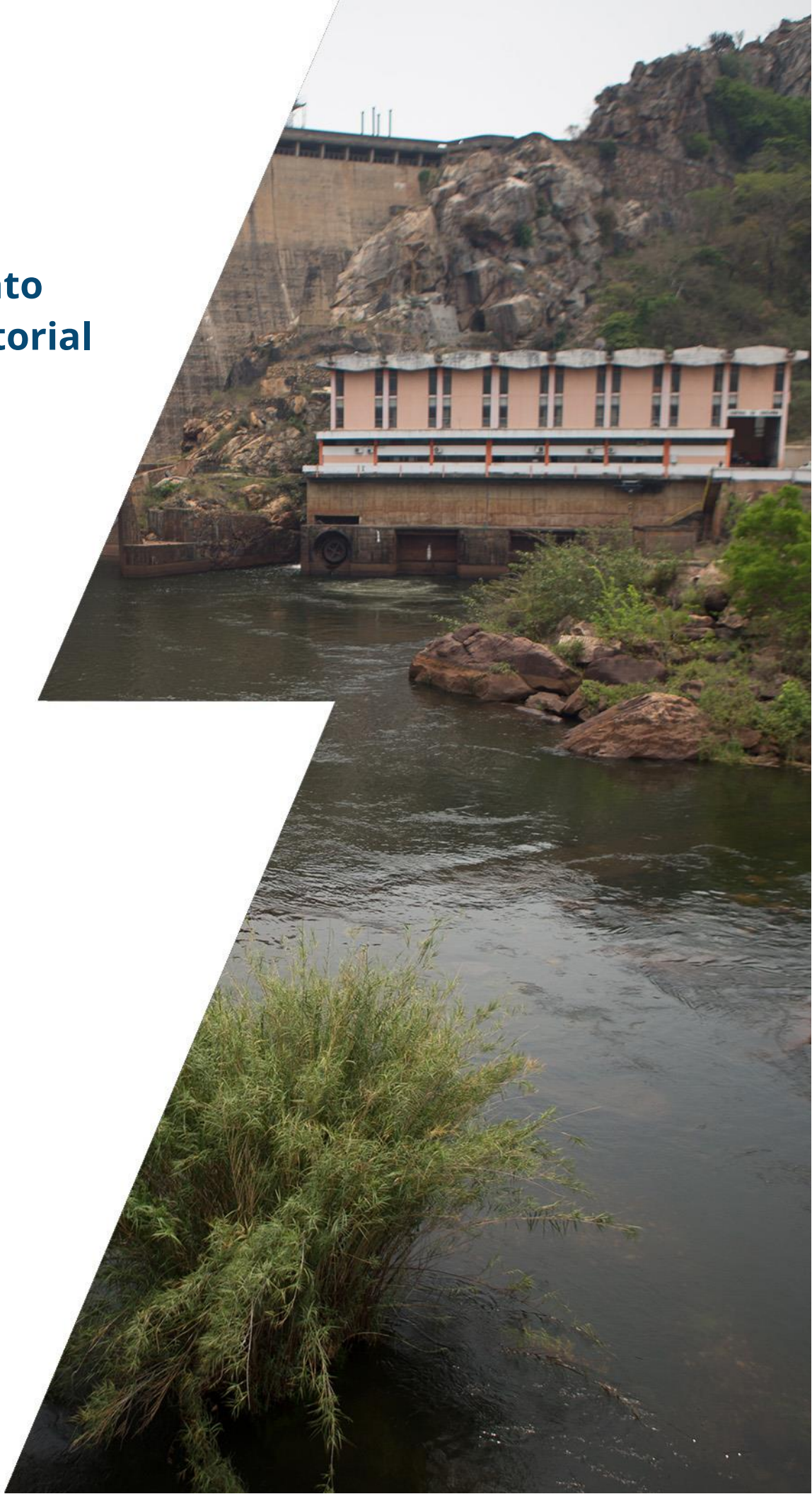


fortalecer a capacidade
interna



3

Enquadramento Nacional e Setorial



Perspetiva Macroeconómica

Localizado no sudeste de África e banhado pelo Oceano Índico, Moçambique abrange aproximadamente 801 590 quilómetros quadrados, sendo um dos maiores países da região. O país faz fronteira com a Tanzânia a norte, com o Malawi e a Zâmbia a noroeste, com o Zimbabué a oeste, e com a Suazilândia e a África do Sul a sudoeste.

A população de Moçambique é de aproximadamente 33 milhões, devendo duplicar até 2050, com uma idade média de 17 anos e um PIB per capita de 540 dólares. Mais de 70 % da população reside em áreas rurais.

Ao longo da última década, Moçambique registou um crescimento económico sólido, impulsionado pelo setor mineiro e pelos serviços financeiros em termos relativos, e pela agricultura em termos absolutos, este último contribuindo de forma significativa para a economia do país, representando cerca de um terço do PIB e a maior parte do emprego. A economia beneficia de uma extensa rede de transportes que liga as zonas mineiras e agrícolas aos portos marítimos de águas profundas. Sete portos principais, incluindo Maputo, Beira e Nacala, estão interligados ao interior por redes ferroviárias e rodoviárias.

Moçambique apresenta níveis reduzidos de emissões. As emissões de gases com efeito de estufa (GEE) foram de 2,1 tCO₂ per capita em 2021, menos de um terço da média global. Contudo, devido à sua localização geográfica e características climáticas, o país é particularmente vulnerável às alterações climáticas, ocupando o 50.º lugar em termos de vulnerabilidade e o 173.º em termos de capacidade de resposta a fenómenos climáticos extremos. Desastres naturais recentes, nomeadamente ciclones e inundações, evidenciaram os elevados custos humanos e económicos que o país enfrenta.

Impulsionado pelos seus vastos recursos energéticos, incluindo o gás natural e o significativo potencial em energias renováveis, o país inicia agora uma jornada transformadora para construir um sistema energético moderno que apoie os seus objetivos de desenvolvimento e industrialização, mantendo como prioridade o acesso universal e acessível a energia moderna e fiável para todos os moçambicanos. Devido à sua localização estratégica, Moçambique tem potencial para se tornar um polo energético regional. Com vista a concretizar esta visão, é necessário modernizar e expandir a rede elétrica nacional, de modo a integrar a nova geração de energias renováveis e a melhorar a conectividade em todo o país. Adicionalmente, Moçambique deverá enfrentar vários desafios, incluindo a baixa acessibilidade da população ainda não eletrificada, a necessidade de garantir que a disponibilidade de eletricidade limpa se traduz em usos

produtivos e crescimento industrial, e o contínuo investimento em capital humano, de forma a garantir a capacidade para apoiar a criação de empregos com valor acrescentado.

Panorâmica geral sobre o setor energético

O setor energético em Moçambique é regulado e supervisionado pelo Ministério dos Recursos Minerais e Energia (MIREME). O MIREME formula a política energética e acompanha a sua implementação. Outras instituições-chave do governo no setor energético incluem a ARENE, a FUNAE, a EDM e a HCB.

A Autoridade Reguladora de Energia (ARENE) foi criada em 2017 com a missão de supervisionar, regulamentar, representar, controlar e sancionar todos os operadores do setor elétrico. As suas funções regulamentares abrangem a Regulamentação Económica (definição de tarifas), a Regulamentação Técnica (qualidade do serviço), o Reforço da Capacidade Institucional e o Desenvolvimento da Eficiência Energética.

O Fundo de Energia (FUNAE) foi criado em 1997, tendo o seu mandato sido revisto em 2002 e 2021, com o objetivo de reforçar a sua capacidade administrativa e financeira. Tem por missão promover o desenvolvimento, a produção e o uso de diversas formas de energia a baixo custo, visando o fornecimento a áreas rurais e urbanas habitadas por agregados familiares de baixos rendimentos, assegurando, simultaneamente, a gestão racional e sustentável dos recursos energéticos.

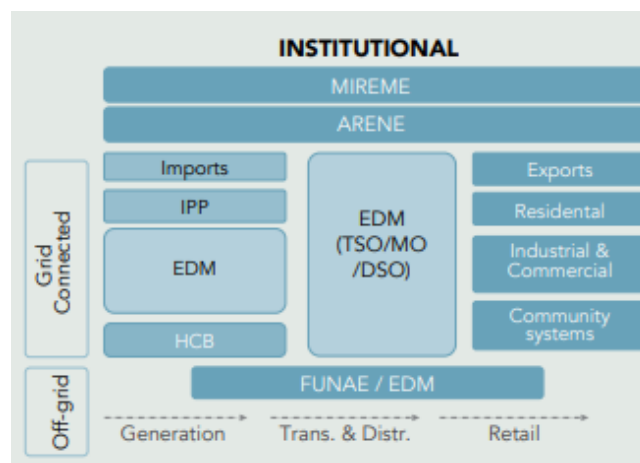


Figura 1. Estrutura institucional do setor energético de Moçambique



Em Moçambique existem três empresas principais de eletricidade. A **Eletricidade de Moçambique (EDM)** é uma empresa pública responsável pela transmissão e distribuição, bem como por uma grande parte da capacidade de geração do país. A **Hidroelétrica de Cahora Bassa (HCB)** é uma empresa moçambicana de geração hidrelétrica, responsável pela gestão e operação, sob contrato de concessão do Governo de Moçambique, dos ativos do sistema de Cahora Bassa. Estes incluem a barragem, um dos maiores sistemas hidrelétricos de África com uma capacidade instalada de 2.075 MW, o sistema de transmissão HVDC, a subestação de Matambo e linhas de transmissão adicionais. Por último, a **Mozambique Transmission Company (MOTRACO)** é uma empresa independente de transmissão responsável pelo transporte de eletricidade para Eswatini, bem como pelo fornecimento de energia à fábrica de alumínio de Beluluane, na província de Maputo. A MOTRACO é detida em partes iguais, com 33,3% do capital pertencendo a Moçambique (EDM), Eswatini (EEC) e Eskom.

Potencial energético de Moçambique

Moçambique apresenta o maior potencial de geração de eletricidade de toda a África Austral. O país dispõe de um leque diversificado de 23 026 GW, sendo a fonte de energia mais abundante a solar (23 000 GW), seguida da hídrica (18 GW), eólica (5 GW), biomassa (2 GW) e, por último, geotérmica (0,1 GW).

Moçambique possui um potencial hídrico estimado em 18,6 GW, o mais elevado da África Austral e entre os maiores do continente africano. Mais de 80 % deste potencial encontra-se no vale do Zambeze, onde se situa a barragem de Cahora Bassa, com uma capacidade instalada de 2.075 MW, uma das maiores centrais hidroelétricas de África, e o local previsto para a construção da barragem de Mphanda Nkuwa, com 1.500 MW de capacidade, atualmente em desenvolvimento.

Moçambique apresenta condições favoráveis para satisfazer a procura interna e exportar energia para os países da África Austral e para mercados internacionais. Os seus abundantes recursos energéticos e a sua localização geográfica estratégica, enquanto porta de entrada para o interior do continente africano, tornam o setor energético um motor fundamental para o crescimento económico sustentável. A utilização estratégica destes recursos energéticos pode acelerar a transição para uma economia industrializada de rendimento médio e promover a transformação estrutural da economia, de primária para industrial e de serviços.



4

Situação atual, oportunidades e desafios



Eixo I: Expansão da Geração e Investimento em Infraestruturas a Custos Competitivos

O sistema elétrico de Moçambique possui atualmente uma capacidade instalada de aproximadamente 2,9 GW, dominada pela energia hidroelétrica (74%), seguida do gás (15%) e da energia solar (3%). A Central Hidroelétrica de Cahora Bassa, com 2.075 MW de capacidade, é a principal fonte de geração, embora a maior parte da sua produção seja exportada para a África do Sul ao abrigo de um contrato de compra de energia de longo prazo que termina em 2029. Outros ativos em operação incluem pequenas centrais hidroelétricas geridas pela EDM, quatro centrais a gás localizadas na região sul e duas instalações solares fotovoltaicas ligadas à rede, situadas na região central (Mocuba, Zambézia) e na região norte (Metoro, Cabo Delgado).

Embora a capacidade de geração seja relativamente robusta, a infraestrutura de transmissão e distribuição de Moçambique continua a ser um grande entrave. Com apenas 5.679 km de linhas de transmissão de alta tensão — das quais apenas 367 km operam a 400 kV — o país carece de capacidade para transportar de forma eficiente a energia das regiões mais ricas em geração, no norte, para os principais centros de consumo, no sul. Esta limitação tem gerado desequilíbrios internos, desafios de fiabilidade e dependência da África do Sul para a movimentação de eletricidade entre regiões moçambicanas. Um projeto transformador, que prevê a construção de uma linha de transmissão de 400 kV com 2.000 km de extensão, está já em curso e deverá ser concluído até 2030. O projeto visa integrar a rede nacional, melhorar o fluxo de energia interno e reforçar a capacidade de Moçambique para exportar eletricidade para o Mercado Elétrico da África Austral (Southern African Power Pool).

Entre as principais oportunidades, destaca-se o desenvolvimento previsto do projeto hidroelétrico de Mphanda Nkuwa, de 1.500 MW, até 2032. Os parceiros estratégicos para este projeto emblemático, de 5 mil milhões de dólares, foram selecionados através de concurso, integrando o consórcio vencedor a Électricité de France, a Total e a Sumitomo. Estão em curso estudos técnicos, ambientais, sociais e económicos, prevendo-se o fecho financeiro até ao final de 2027. Estão igualmente a ser lançados novos projetos de energia solar e eólica ao abrigo de programas competitivos como o PROLER e o Get.Fit. Contudo, o setor continua a enfrentar desafios significativos que podem dificultar a capacidade de resposta ao crescimento da procura e de integrar energia renovável em larga escala. Instrumentos de planeamento essenciais, como o Plano Diretor Integrado de Eletricidade, permanecem desatualizados e exigem revisão urgente, com base nas metodologias de

planeamento de menor custo, para orientar eficazmente os investimentos futuros. A coordenação institucional entre as entidades do setor energético continua frágil e as lacunas de capacidade técnica limitam a preparação e a implementação de projetos. O acesso a financiamento concessional para grandes infraestruturas mantém-se limitado, sobretudo na transmissão. Importa sublinhar que, embora a Lei da Eletricidade de 2022 imponha concursos públicos competitivos e a seleção pelo menor custo como procedimento-padrão para a atribuição de concessões na geração, este princípio ainda não é aplicado de forma consistente. A adoção do concurso público como regra geral é essencial para garantir transparência, eficiência económica e maior viabilidade de financiamento dos projetos de geração — sobretudo à medida que Moçambique se prepara para intensificar os investimentos em energia solar, eólica e hídrica no âmbito da sua Estratégia de Transição Energética.

Eixo II: Reforçar a integração energética regional

Moçambique desempenha um papel estratégico no Southern African Power Pool (SAPP), graças à sua elevada capacidade de geração e à localização geográfica privilegiada. O país já está conectado à rede da África do Sul, Eswatini e Zimbabué e encontra-se a concluir a construção de um interligador de 400 kV com 218 km de extensão para o Malawi. Esta nova infraestrutura permitirá a exportação de 70 MW adicionais, suportada por um contrato de fornecimento de energia revisto entre a EDM e a ESCOM. Estão ainda em curso estudos de viabilidade e negociações bilaterais para futuras conexões com a Zâmbia e a Tanzânia.

A nível nacional, Moçambique está a preparar a base institucional para a modernização do seu sistema elétrico. O país está a desenvolver um Centro Nacional de Controlo, em conjunto com três Centros Regionais de Operações, para gerir a rede em tempo real e criar as bases para um futuro Operador do Sistema. Estes esforços serão essenciais para melhorar o acesso e a qualidade do serviço aos clientes em todo o país, além de desbloquear o potencial de comércio regional e integrar energias renováveis variáveis.

Apesar dos progressos, a rede de alta tensão continua subdesenvolvida, limitando tanto a Eletrificação interna como as exportações regionais. Instrumentos regulatórios, como o Código da Rede e as metodologias regionais de definição de preços, encontram-se em revisão, mas a capacidade institucional para a sua implementação continua limitada. O investimento contínuo em infraestruturas de transmissão e a coordenação regional serão essenciais para concretizar plenamente os benefícios da integração e apoiar as



ambições de Moçambique de se tornar um polo energético regional.

Eixo III: Garantir o Acesso Final Sustentável e Acessível

Acesso à Eletricidade

Moçambique registou progressos significativos na expansão do acesso à eletricidade, impulsionados por um forte Compacto político e por investimentos contínuos no âmbito do Programa *Energia para Todos*. Entre 2018 e 2024, a taxa nacional de acesso aumentou de 31% para mais de 60%, posicionando o país acima da média da África Subsariana. Esta aceleração foi possível graças à combinação de expansão da rede elétrica, medidas políticas direcionadas e apoio de parceiros de desenvolvimento.

O desempenho alcançado em 2024 evidencia o dinamismo do setor, com a realização, num só ano, de mais de 400 mil novas ligações à rede elétrica (on-grid) e cerca de 140 mil ligações fora da rede (off-grid).

O setor dos sistemas solares domésticos registou um crescimento expressivo entre 2020 e 2024, período durante o qual foram comercializadas mais de 700 mil unidades. Programas como o EnDev e o Brilho tiveram um papel determinante, apoiando mais de metade das vendas realizadas, ao mesmo tempo que se consolida um mercado privado dinâmico. Atualmente, operam no país oito empresas de modelo PAYGO, beneficiando de mecanismos de financiamento inovadores e de esquemas de apoio baseados em resultados, promovidos por parceiros de cooperação. Paralelamente, Moçambique conta já com 98 mini redes, das quais 99% foram desenvolvidas exclusivamente pela FUNAE com recursos nacionais, representando uma capacidade instalada de 11,6 MW e cerca de 11 mil ligações. Para incentivar uma maior participação do setor privado, a FUNAE lançou recentemente o maior concurso público para a operação e manutenção de 42 mini redes. Apesar da presença privada neste segmento ainda ser limitada, as reformas introduzidas pela Lei da Eletricidade de 2022, associadas aos concursos públicos em curso, criam as condições para atrair novos investimentos privados.

Apesar destes avanços, Moçambique continua a enfrentar desafios significativos. O acesso à eletricidade permanece desigual, sobretudo nas zonas rurais e nas províncias afetadas por conflitos. A questão da acessibilidade económica continua a ser uma barreira, em especial para os agregados familiares mais pobres e para a Eletrificação de infraestruturas sociais, como escolas e unidades de saúde. Persistem ainda lacunas de financiamento, sendo que o país continua a depender em grande medida de apoio dos parceiros de cooperação para a expansão das infraestruturas de acesso à eletricidade em comunidades

ainda não abrangidas pela rede. Além disso, instrumentos de planeamento, como a Estratégia Nacional de Eletrificação e o Plano de Eletrificação de Menor Custo, necessitam de atualizações urgentes, de forma a integrar a Eletrificação de serviços públicos, o fomento do uso produtivo da energia e a adaptação ao novo contexto do setor energético.

Para responder a estes desafios, o Governo está a concluir um Plano Integrado de Acesso à Energia, assente numa análise de menor custo, e compromete-se a institucionalizar a atualização periódica dos documentos estratégicos. A criação de um Fundo de Acesso à Eletricidade e a evolução do papel do FUNAE enquanto mecanismo de financiamento constituem igualmente passos promissores para garantir soluções mais sustentáveis e de longo prazo no financiamento do acesso à energia.

Soluções de cozinha modernas e sustentáveis

Embora o acesso à eletricidade tenha avançado de forma significativa, o setor da cozinha limpa em Moçambique continua bastante atrasado. Em 2023, apenas cerca de 17% da população tinha acesso a soluções de cozinha melhoradas ou limpas, como gás de petróleo liquefeito (GPL), gás natural, cozinhas elétricas ou fogões melhorados (ICS). A esmagadora maioria das famílias continua dependente de biomassa tradicional, nomeadamente lenha e carvão vegetal. Esta dependência agrava a degradação florestal, contribui para a poluição do ar no interior das habitações e representa graves riscos para a saúde pública, com particular impacto sobre as mulheres e crianças nas zonas rurais.

Para inverter esta tendência, o Governo de Moçambique tem vindo a reforçar as suas políticas e investimentos no setor. Já foram distribuídos mais de 770 000 fogões melhorados (ICS pelo seu acrónimo em inglês), estando previsto o alargamento a mais 700 000 agregados familiares num futuro próximo. O mercado de cozinha limpa permanece numa fase inicial, mas começa a registar maior envolvimento do setor privado, sobretudo de produtores locais que iniciaram o fabrico e a montagem semi-industrial de fogões melhorados, incluindo modelos elétricos. A cozinha limpa institucional também começa a ganhar destaque, sobretudo em escolas e unidades de saúde, que estão a ser prioritariamente abrangidas pelos novos programas públicos. As empresas locais que produzem fogões melhorados têm sido apoiadas através de programas como o BRILHO, que permitiu distribuir mais de 300 000 fogões nos últimos cinco anos, bem como através de mecanismos de financiamento dedicados, como +ENERGIA e o recentemente aprovado +SOL, ajudando-as a atualizar a produção para atingir níveis de eficiência mais elevados.



Um dos eixos centrais da estratégia governamental para a cozinha limpa é o **Plano de Massificação do GPL**, que visa expandir significativamente o acesso a combustíveis limpos através da adoção generalizada do gás liquefeito de petróleo. O plano assenta numa abordagem integrada que inclui o fortalecimento das cadeias de abastecimento de GPL, o desenvolvimento da infraestrutura local de distribuição, a promoção da participação do setor privado e a garantia de acessibilidade económica para os agregados familiares de menores rendimentos. O Governo pretende aumentar o acesso ao GPL dos atuais 14 % para 23 % até 2030, atingindo cerca de 1,3 milhões de agregados familiares. Entre as ações prioritárias destacam-se investimentos em armazenamento e postos de abastecimento de GPL, definição de normas de segurança e qualidade, campanhas de sensibilização para reforçar a confiança dos consumidores e subsídios direcionados para apoiar a adoção entre os grupos mais vulneráveis. O plano complementa ainda os esforços de diversificação das tecnologias de cozinha limpa e de redução da pressão sobre os recursos florestais.

Para orientar a implementação do Plano de Massificação do GPL, o Governo, através do MIREME, está a preparar um Plano Nacional de GPL e uma Previsão de Investimentos para um Horizonte de 10 Anos. Este trabalho em curso inclui uma avaliação abrangente da cadeia de valor do GPL e visa identificar a infraestrutura crítica, as melhorias regulamentares e os mecanismos de financiamento necessários para acelerar a adoção em larga escala do GPL, com especial atenção aos agregados familiares de menores rendimentos.

Além do Plano de LPG, o Governo está a finalizar a **Estratégia Nacional de Cozinha Limpa e o Plano de Investimento**, que definirão um conjunto de medidas para ampliar a utilização de fogões melhorados, cozinha elétrica, etanol e soluções de biogás. Moçambique prepara-se também para recorrer aos **mercados de carbono** através da adoção de um valor nacional da fração de biomassa não renovável (fNRB), permitindo monetizar a redução de emissões e reduzir o custo das soluções de cozinha limpa para os consumidores, ao mesmo tempo que incentiva a expansão do setor e promove o acesso universal a soluções energéticas limpas.

Apesar destes progressos, o setor de cozinha limpa (excluindo o GPL) continua a enfrentar obstáculos significativos. O financiamento mantém-se fragmentado e dependente em grande parte de doadores, e a ausência de um quadro regulatório coordenado tem limitado a expansão. A sensibilização dos consumidores e a acessibilidade económica também representam desafios, especialmente em áreas remotas, onde a distribuição é insuficiente e as opções de pagamento móvel são limitadas. Para acelerar a adoção de soluções de cozinha

limpa, Moçambique precisará de garantir uma forte coerência política, ampliar as parcerias público-privadas e desbloquear mecanismos inovadores de financiamento em larga escala, incluindo instrumentos baseados em resultados e receitas provenientes de créditos de carbono.

Eixo IV: Promover a participação do setor privado para mobilizar recursos adicionais

A participação do setor privado no setor energético tem crescido significativamente na última década, particularmente na geração de energia. Desde 2014, os Produtores Independentes de Energia (PIE) contribuíram com cerca de 500 MW para a rede, e vários outros projetos estão em desenvolvimento nas áreas de gás, solar, eólica e hídrica. O enquadramento legal e regulamentar foi reforçado com a aprovação da Lei de Eletricidade de 2022 e do seu aditamento em 2024, que eliminaram barreiras à arbitragem e ao investimento. Reformas complementares, como a nova Lei de Parcerias Público-Privadas e o Pacote de Medidas de Aceleração Económica (PAE), reforçam ainda mais o ambiente propício ao investimento. Moçambique registou no passado sucessos significativos na mobilização de financiamento privado para o setor energético, como no Projeto de Gás de Temane em ciclo combinado e na respetiva linha de transmissão, que atraíram mais de 700 milhões de dólares de investimento privado. Conforme referido acima, o Governo de Moçambique encontra-se atualmente a desenvolver o Projeto Hidroelétrico de Mphanda Nkuwa (1.500 MW), com um consórcio internacional de parceria público-privada e prevendo-se a mobilização de financiamento privado significativo.

Adicionalmente, a ausência de instrumentos financeiros adequados, incluindo mecanismos de mitigação de risco (garantias, seguros de comprador, entre outros) e de financiamento em moeda local, constitui um desafio à participação do setor privado.

No domínio da Eletrificação fora da rede (off-grid), o quadro regulatório aprovado em dezembro de 2021 e o Plano de Eletrificação Off-Grid aprovado em novembro de 2023 têm contribuído positivamente para o desenvolvimento do setor. O setor de Sistemas Fotovoltaicos Domésticos (SHS) é maioritariamente liderado pelo setor privado, apoiado por mecanismos de Financiamento Baseado em Resultados (RBF) ao longo de mais de dez anos, no âmbito dos programas EnDev e Brilho, tendo o setor incorporado gradualmente subsídios de incentivo e transitado para modalidades de RBF mais sofisticadas. O Governo investe também na constituição de um portfólio de projetos de mini redes para futuras concessões privadas, apoiado por programas financiados por doadores, como Get.Fit e +SOL. No setor da cozinha



limpa, as empresas privadas têm assumido um papel cada vez mais ativo, particularmente na distribuição de gás liquefeito de petróleo (GLP) e na produção local de fogões melhorados, apoiadas em parte por mecanismos emergentes de financiamento de carbono.

A Autoridade Reguladora de Energia (ARENE) está a colocar em prática o quadro regulatório, em articulação com programas de implementação como o Brilho, +Sol e Get.Fit.

Apesar destes progressos, a participação privada na transmissão continua mínima e, no caso das mini redes, ainda é incipiente. A concentração do mercado é elevada no segmento de Sistemas Fotovoltaicos Domésticos (SHS), e os pequenos operadores enfrentam elevados riscos devido ao acesso limitado a financiamento e aos elevados custos iniciais. O setor da cozinha limpa também sofre de barreiras de entrada significativas e de fraca procura por parte dos consumidores. No futuro, o desafio de Moçambique será expandir e diversificar a participação do setor privado em todas as tecnologias e regiões, garantindo que os investimentos sejam financeiramente viáveis e socialmente inclusivos.

Eixo V: Promover Empresas de Serviços Energéticos Financeiramente Sustentáveis que assegurem um Serviço Fiável.

A sustentabilidade financeira da EDM, a empresa pública nacional de eletricidade, melhorou nos últimos anos graças à implementação do Plano de Reforço Financeiro. Desde 2021, a EDM tem mantido a recuperação integral dos custos operacionais, apoiada por uma taxa de câmbio estável, pela alocação adicional de energia da HCB, pelo aumento das vendas domésticas e de exportação e por um maior controlo dos custos operacionais. As tarifas foram revistas entre 2018 e 2019 e uma nova metodologia tarifária, que prevê a repercussão integral dos custos operacionais (incluindo impactos da inflação e da variação cambial), foi aprovada em 2022, embora ainda não tenha sido aplicada. As perdas totais do sistema diminuíram de 29% para 24%, estando em curso programas de contagem inteligente para reduzir ineficiências técnicas e comerciais. As vendas de eletricidade aumentaram 9% entre 2023 e 2024, enquanto as receitas registaram um crescimento de 12% no mesmo período, sustentadas por receitas de exportação robustas.

Apesar dos progressos, a empresa de serviços energéticos continua a enfrentar desafios significativos. Os atrasos históricos nos pagamentos a fornecedores de eletricidade permanecem elevados; enquanto os atrasos para Produtores Independentes de Energia (IPP) diminuíram parcialmente ao longo do tempo, os atrasos para a Hidroelétrica de Cahora Bassa (HCB) aumentaram

significativamente (aproximadamente 137 milhões de dólares para IPPs e 351 milhões de dólares para HCB). Na ausência da aplicação da metodologia tarifária aprovada em 2022, a EDM permanece fortemente exposta às variações cambiais e aos preços dos combustíveis que afetam os seus custos de aquisição de energia. Embora a expansão da capacidade de geração ofereça oportunidades atrativas de exportação, também expõe a EDM a riscos de mercado na ausência de contratos de exportação de longo prazo. A capacidade operacional está sobrecarregada em atividades de geração, transmissão e distribuição. Para assegurar uma prestação de um serviço sustentável e mobilizar novos investimentos, a EDM deverá continuar a reforçar a sua posição financeira, liquidar os pagamentos em atraso, manter em dia os pagamentos de compra de energia, procurar oportunidades de exportação de longo prazo, prosseguir a redução de perdas e garantir transparência através de relatórios auditados periódicos. Reformas institucionais mais amplas e o reforço de capacidades em todo o setor serão críticos para responder à procura futura e implementar a ambiciosa agenda de transição energética de Moçambique.

O Género no Setor Energético. De acordo com o Global Gender Gap Index 2025, Moçambique reduziu cerca de 73% das desigualdades de género. Apesar destes avanços, as mulheres continuam subrepresentadas em funções profissionais e técnicas, representando atualmente 42% dos trabalhadores nestas áreas, em comparação com 58% de homens. No setor energético, a participação feminina é ainda mais baixa, com cerca de 25% na Direção Nacional de Energia e aproximadamente 20% nas empresas públicas de energia. A proporção de licenciadas em áreas STEM é de cerca de 6%, em comparação com 13,5% de homens, segundo o mesmo índice, o que compromete a formação de um banco sólido de potenciais candidatas para o setor público e privado. Do lado da procura, as desigualdades de género no acesso à energia evidenciam que os agregados familiares chefiados por mulheres (33,8%) têm menor probabilidade de acesso tanto à eletricidade, como a soluções de cozinha limpa. Adicionalmente, devido ao elevado envolvimento das mulheres no setor informal, estas tendem a beneficiar menos da Eletrificação em termos económicos.

No âmbito das reformas do setor energético, será elaborada uma estratégia nacional de género para o setor, com o objetivo de reduzir desigualdades e aumentar em 30% a participação feminina. Para fundamentar a estratégia em dados concretos, será promovida a recolha de informação sobre mulheres e homens no setor energético, permitindo a Moçambique aperfeiçoar a sua agenda nacional de acesso à energia e apoiar investimentos privados com ênfase na igualdade



de género, criação de emprego, empreendedorismo e maior participação das mulheres no setor.



ANEXO I

METRIC OF KEY INDICATORS

Eixos	Métricas /Indicadores	Dados (últimos disponíveis)
Eixo 1 – Expansão da Geração e das Redes de Transmissão e Distribuição	· Capacidade de Geração Instalada (MW) em 2024	2.922
	· Capacidade de Geração Disponível (MW) até 2024	1.292
	· Energia Produzida Anualmente (MWh) – Total em 2024	9 049 146
	· Taxa média de crescimento anual (%) (dos últimos 3 anos)	5,9
	· Custo médio por kWh (cUSD) – Térmica, Renovável	5,95
	· Energia Importada Anualmente (MWh) – Total em 2024	82 223
	· Taxa média de crescimento anual (%) (dos últimos 3 anos)	6,3
	· Custo médio por kWh (cUSD)	35,33
	· Energia Exportada Anualmente (MWh) – Total	2 209 712
	· Taxa média de crescimento anual (%) (dos últimos 3 anos)	10,5
	· Receita total (USD)	237 006 647
	· Rede de Transmissão (AT, MT), Total: Extensão (km); Tensão (kV): Capacidade de Transferência – MVA	5.289
	· Reabilitação:	
	· Expansão:	
	· Rede de Distribuição (BT) , Total: Extensão (km); Tensão (kV): Capacidade de Transferência – MVA	3.360
	· Acesso à energia % (eletricidade e cozinha limpa)	60,2% (50,6% na rede elétrica e 9,6% fora da rede)
	Número de novas ligações à rede elétrica	412 363
	Agregados familiares	395 622
	Comercial (SGR)	16 739
Eixo 2: Integração energética regional	· Interligadores de Transmissão (AT), Total: Extensão (KM); Tensão (KV): Capacidade de Transferência – MW/MVA	
	· Energia comercializada em Acordos Bilaterais de Compra de Energia / Memorandos de Entendimento (MWh)	1 949 791



Eixos	Métricas /Indicadores	Dados (últimos disponíveis)
	· Energia comercializada na Southern African Power Pool (MWh)	259 921
	· Encargos de Transporte de Energia (USD/kWh)	
	· Valores em dívida (em atraso) / valores a receber (USD)	
Eixo 3: Energias Renováveis Descentralizadas / Cozinha Limpa	· Número de ligações em mini redes (2024)	3.936
	· Número de Sistemas Solares Domésticos (2024)	175 235
	· Número de ligações de Cozinha Limpa – GPL (2024)	900 000
Eixo 4: Participação do Setor Privado	· Investimento total necessário para atingir as metas do Pacto Energético 2030 – Setor Público / Privado (milhões USD)	11 090/7.096
	· Investimento Total Disponível em 2024 – Setor Público/Privado	0
	· Défice de investimento a mobilizar anualmente até 2030 – Setor Público/Privado (de acordo com as prioridades e sequência do Governo) (Nacional e Internacional)	11 090/7.096
	· Necessidades totais de investimento do setor privado até 2030 (USD, percentagem) – distribuídas por rede, mini rede, off-grid e cozinha limpa; distribuídas por geração, transmissão, distribuição e acesso (Nacional e Internacional)	
Eixo 5: Reformas do Setor e Serviços Energéticos Sustentáveis	· Rentabilidade financeira das empresas de serviços energéticos (conforme demonstrações financeiras auditadas) – Resultado líquido (lucro ou prejuízo) em USD e USD/kWh para Distribuidoras, Transmissoras e Geradoras	
	· (Regulador) Política tarifária, tarifas médias aos consumidores finais (por kWh) e trajetória para a plena cobertura dos custos (percentagem atual de custos recuperados para atingir a meta de 2030)	
	· Montante total de subsídios (USD)[3]; Trajetória/Prazos para a plena cobertura dos custos[4](estimativa);	
	· Perdas Técnicas, Comerciais e de Cobrança (PTCC) totais: % de redução alvo por ano e metas de desempenho anual.	1,9
	· Número de clientes com e sem contadores	
	· Número de clientes com contadores pré-pagos	3 613 779



Eixos	Métricas /Indicadores	Dados (últimos disponíveis)
	Cortes de energia (por exemplo, número médio de horas por dia e/ou estimativa de MWh perdidos por ano).	
Adicional - Questões Transversais a Considerar	Necessidades de Reforço de Capacidades (USD) (em todos os níveis)	
	Alinhamento dos Planos de Expansão do Setor Energético ao Menor Custo com as Estratégias de Longo Prazo do País e NDC/Acordo de Paris – Sim/Não	Sim
	Acessibilidade para os Agregados Familiares (i.e., % da renda disponível do agregado familiar destinada a serviços energéticos e/ou % de agregados familiares a beneficiar de subsídios energéticos)	
	Emprego: por exemplo, monitorização do número de postos de trabalho criados para jovens e mulheres	



ANEXO II

PROJETOS E NECESSIDADES DE INVESTIMENTO

Projetos de geração

Nome do projeto	Região	Tecnologia	Capacidade (MW)	Estado	Necessidade de Financiamento (milhões USD)	Financiamento Garantido	Prioridade
Mphanda Nkuwa	Centro	Hidroelétrica	1500	Assinatura do Contrato de Concessão prevista para o 2.º trimestre de 2025	4,5 mil milhões de dólares (incluindo a linha de transmissão)	Parcialmente	Sim
Lugenda	Norte	Hidroelétrica	150	Fase Conceptual	A Definir Estudo de Viabilidade	Não	Sim
Lúrio	Norte	Hidroelétrica	120	Fase Conceptual	A Definir Estudo de Viabilidade	Não	Sim
Alto Malema	Centro	Hidroelétrica	60	Fase Conceptual	A Definir Estudo de Viabilidade	Não	Sim
Mugeba	Centro	Hidroelétrica	150	Fase Conceptual	A Definir Estudo de Viabilidade	Não	Sim
Massingir	Sul	Hidroelétrica	18	Estudo de Viabilidade (em curso)	A Definir Estudo de Viabilidade	Não	Sim
Tsate	Centro	Hidroelétrica	50	Estudo de viabilidade (concluído)	200 milhões de euros	Em apreciação	Sim
Mavuzi II	Centro	Hidroelétrica	18	Estudo de viabilidade (concluído)	70 milhões de euros	Em apreciação	Sim
Ruo	Norte	Hidroelétrica	85	Fase Conceptual	A Definir Estudo de Viabilidade	Não	Sim
Temane (EDM)	Sul	Gás Natural	100	Estudo de Viabilidade (em curso)	A Definir Estudo de Viabilidade	Em apreciação	Sim
Temane (CTT)	Sul	Gás Natural	450	Em construção	650 milhões de dólares	Sim	Sim
Dondo	Centro	Fotovoltaico (solar)	40	Em processo de concurso público	40 milhões de dólares	Não	Sim
				Modelo de Parceria Público-Privada (PPP) no âmbito do			



Nome do projeto	Região	Tecnologia	Capacidade (MW)	Estado	Necessidade de Financiamento (milhões USD)	Financiamento Garantido	Prioridade
				concurso PROLER (lançado em 2020)			
				A UE forneceu garantias para assegurar a obtenção de um preço competitivo			
Manje	Centro	Fotovoltaico (solar)	40	Estudo de viabilidade (concluído). Em Processo de Concurso.	40 milhões de dólares	Não	Sim
				Modelo de Parceria Público-Privada (PPP) no âmbito do concurso PROLER (lançado em 2022)			
Cuamba	Norte	Fotovoltaico (solar)	30	Estudo de Viabilidade (em curso)	42 milhões de dólares	Não	Sim
Chimbunila (Lichinga)	Norte	Fotovoltaico (solar)	30	Estudo de viabilidade (concluído). Em Processo de Concurso.	40 milhões de dólares	Não	Sim
				Modelo de Parceria Público-Privada (PPP) no âmbito do concurso PROLER (lançado em 2022)			
Namaacha	Sul	Eólica	120	Estudo de viabilidade (concluído)	-	Sim	Sim
Jangamo	Sul	Eólica	60	Estudo de Viabilidade (em curso)	A Definir Estudo de Viabilidade	Não	Sim
				Modelo de Parceria Público-Privada (PPP) no âmbito do concurso PROLER (lançamento previsto para 2025)			



Nome do projeto	Região	Tecnologia	Capacidade (MW)	Estado	Necessidade de Financiamento (milhões USD)	Financiamento Garantido	Prioridade
Programa Get. Fit	Nacional	Solar/Eólica e Hidroelétrica	130	Pequenos Projetos entre 4 e 15 MW	45 milhões de euros garantidos pelo KfW e pela UE	Sim	Sim

Projetos de transmissão

Nome do projeto	Localização	Descrição	Estado	Necessidade de financiamento (milhões USD)	Financiamento garantido	Prioridade
Subestação de Nacala, 2x40 MVA, 110/33 kV	Província de Nampula	Reinstalação das subestações existentes de Nacala, 110/33 kV	Fase Conceptual	18	Não	Sim
Subestação de Matema, 2x40MVA, 66/33kV	Província de Tete	Construção da nova Subestação de Matema; ligação em derivação ("loop-in and loop-out") da linha de transmissão Tete–Manje 66 kV.	Fase Conceptual	38	Não	Sim
Subestação de Anchilo, 2x40 MVA, 110/33 kV	Província de Nampula	Construção da nova Subestação de Anchilo; ligação em derivação ("loop-in and loop-out") da linha de transmissão Nampula–Metoro 110 kV.	Fase Conceptual	22	Não	Sim
Subestação de Triunfo, 2x40MVA, 66/33kV	Cidade de Maputo	Construção da nova Subestação de Triunfo ; linhas de transmissão 66 kV: SE Matalane – SE Grande Maputo , SE Costa de Sol – SE Triunfo , e SE Triunfo – SE 5.	Fase Conceptual	75	Não	Sim
Subestação de Lingamo, 2x40MVA, 66/33kV	Província de Maputo	Construção da nova Subestação de Lingamo ; reforço da linha de transmissão 66 kV Matola 275 – Lingamo – Boane, 120 MVA.	Fase Conceptual	15	Não	Sim
Subestação de Bobole, 2x40MVA, 66/33kV	Província de Maputo	Construção da nova Subestação de Bobole; linhas de transmissão 66 kV Bobole – Matalane e 66 kV Bobole – Manhiça.	Fase Conceptual	17	Não	Sim



Nome do projeto	Localização	Descrição	Estado	Necessidade de financiamento (milhões USD)	Financiamento garantido	Prioridade
Subestação de Canangola, 2x40MVA, 66/33kV	Província de Tete	Construção da Nova Subestação em Canangola, 2x40 MVA, 66/33 kV	Em Implementação	38	Sim	Sim
Reabilitação e Modernização das Subestações Chimoio I e Chimoio II.	Província de Manica	Substituição de equipamentos antigos e obsoletos, incluindo transformadores de potência e quadros de média tensão. Instalação de sistemas modernos de proteção, controlo e automação. Renovação da sala de controlo e melhoria dos serviços auxiliares (sistemas AC/DC, iluminação e proteção contra incêndios). Atualização dos sistemas de ligação à terra e reforço das medidas de segurança física. Integração da subestação no sistema SCADA nacional.	Fase Conceptual	11	Não	Sim
Subestação de Ponta de Ouro 2x40MVA, 66/33kV	Província de Maputo	Construção de Nova Subestação em Ponta de Ouro, 66/33 kV, 2x40 MVA, e de nova linha de transmissão de 66 kV para interligação à rede existente.	Fase Conceptual	18	Não	Sim
Total de projetos de transmissão				252		



Corredores verdes

Nome do projeto	Localização	Descrição	Estado	Necessidade de financiamento (milhões USD)	Financiamento garantido?	Prioridade para a EDM?
Linha de Transmissão Songo–Matambo, 400 kV	Província de Tete	Construção da Linha de Transmissão Aérea de 400 kV, de Songo a Matambo	Em Implementação	130	Sim	Sim
Linha de Transmissão e Subestações de 400 kV do Tronco Centro-Sul / MNK: Matambo – Inchope – Vilanculos	Tete a Maputo	Linha de Transmissão Aérea de 400 kV, Matambo – Inchope – Vilanculos Linha de Transmissão Aérea de 400 kV, Cataxa – Matambo – Inchope – Vilanculos – Maputo	Estudo de Viabilidade (em curso)	1.250	Não	Sim
Corredor Verde Chimuara - Inhaminga - Inchope	Província de Sofala	Linha de Transmissão Chimuara – Inhaminga – Inchope/Dondo * Linha de Transmissão Aérea 400 kV: Chimuara – Inhaminga – Inchope; * Linha de Transmissão Aérea 220 kV: Inhaminga – Dondo.	Estudo de viabilidade (concluído)	180	Não	Sim
Corredor Verde Linha de Transmissão e Subestações 400 kV: Chimuara – Alto Molocué – Namialo (Fase III) Linha de Transmissão e Subestações 220 kV: Namialo – Nacala – Nampula	Província de Zambézia/Nampula	Linha de Transmissão Aérea 400 kV, Chimuara – Nacala (Fase II), composta pela construção de três troços: *Alto Molocué– Namialo a 400 kV *Namialo – Nacala-Velha a 220 kV *Namialo – Nampula a 220 kV	Estudo de Viabilidade (a atualizar)	157	Não	Sim



Nome do projeto	Localização	Descrição	Estado	Necessidade de financiamento (milhões USD)	Financiamento garantido?	Prioridade para a EDM?
Linha de Transmissão e Subestações de Metoro – Montepuez – Marrupa, 220 kV	Províncias de Cabo Delgado/Niassa	Construção da Linha de Transmissão Aérea (OH) 220 kV Metoro – Montepuez – Marrupa, incluindo a construção de Nova Subestação em Montepuez 2x125 MVA, 220/110/33 kV	Estudo de viabilidade (concluído)	80	Não	Sim
Linha de Transmissão e Subestações de Maputo – Salamanga, 400kV	Província de Maputo	Construção da Linha de Transmissão Aérea (OH) de 400 kV da Subestação de Maputo até à Nova Subestação de Salamanga (incluindo a Nova Subestação de Salamanga 2x250 MVA, 400/66 kV)	Estudo de viabilidade (concluído)	75	Não	Sim
Linha de transmissão e Subestações de Namialo – Metoro, 400 kV	Províncias de Nampula/Cabo Delgado	Construção da Linha de Transmissão Aérea (OH) de 400 kV de Namialo à Subestação de Metoro, incluindo a ampliação da Nova Subestação em Metoro	Estudo de viabilidade (concluído)	87	Não	Sim
Linha de Transmissão e Subestações de Metoro – Palma, 400kV	Província de Cabo Delgado	Construção da Linha de Transmissão Aérea (OH) de 400 kV de Metoro até Palma, incluindo a Nova Subestação em Palma, 2x250 MVA, 400/220 kV	Estudo de viabilidade (concluído)	65	Não	Sim
Linha de Transmissão de Dondo - Manga, 220kV	Província de Sofala	Fase I: Linha de Transmissão de 220 kV Dondo – Manga Fase II: * Linha de Transmissão de	Fase Conceptual	86	Não	Sim



Nome do projeto	Localização	Descrição	Estado	Necessidade de financiamento (milhões USD)	Financiamento garantido?	Prioridade para a EDM?
		110 kV Manga – Subestação Aeroporto/Nhangau * Linha de Transmissão de 110 kV, Subestação Aeroporto/Nhangau – Subestação Munhava				
Linha de Transmissão e Subestações de Vilanculos – Massinga, 110kV	Província de Inhambane	Construção de Linha de Transmissão Aérea (OH) de Massinga – Vilanculos, 110 kV	Em implementação	39	Sim	Sim
Total de projetos de transmissão				1.089		

Projetos de integração regional

Nome do projeto	Localização	Descrição	Estado	Necessidade de financiamento (milhões USD)	Financiamento garantido?	Prioridade para a EDM?
Interligação Moçambique - Malawi	Moçambique/Malawi	Construção de 218 km de linha aérea de transmissão de 400 kV de Matambo (Moçambique) a Phombeya (Malawi)	Linha em Moçambique, 60% concluída Subestação, 80% concluída Linha de Malawi, 90% concluída	127	Sim	Sim
Interligação Moçambique - Zâmbia	Moçambique/Zâmbia	Linha de Transmissão e Subestação de Matambo (Moçambique) – Chipata West (Zâmbia), 400kV	Estudo de viabilidade (concluído)	412	Não	Sim
Moçambique – Tanzânia	Moçambique/Tanzânia	Linha de Transmissão e Subestação de Palma (Moçambique) – Mtwara (Tanzânia), 400kV	Em desenvolvimento	Estudo de Viabilidade (a definir)	Não	Sim



Moçambique – Zimbabué	Moçambique/Zimbabué	Linha de Transmissão e Subestação de Inchope – Orange Grove, 400kV	Fase Conceptual	Estudo de Viabilidade (a definir)	Não	Sim
-----------------------	---------------------	--	-----------------	-----------------------------------	-----	-----

Total de Projetos de Interligação Regional de Transmissão



ANEXO III

AÇÕES EM CURSO E APOIO DOS PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO

Devido ao elevado número de atividades e projetos em curso no setor energético em Moçambique, apenas foram incluídos nesta lista os projetos com um valor superior a 6 milhões de dólares que estejam relacionados com acesso à energia, infraestruturas de rede, políticas e estratégias, e geração de energia.

Parceiro de Desenvolvimento	Nome do Projeto	Cronologia	Descrição do Projeto	Financiamento
AfDB, EU, GER (KfW), SWE	Centro Nacional de Controlo	2022 - 2027	Construção do Centro Nacional de Controlo e de dois Centros Regionais de Controlo para gerir e monitorizar a rede elétrica nacional	57 milhões de euros
AFD, AfDB, EU,	Reabilitação de Cahora Bassa	2024-2027	Reabilitação da infraestrutura HCB	222 milhões de euros
AfDB, EU, GER (KfW), SWE	Centro de Nacional de Controlo	2022-2027	Construção do centro nacional e regional de controlo	57 milhões de euros
AfDB, JICA, IsDB	Transmissão Chimuará-Nacala (fase 1)	2020-...	Expansão da rede de transmissão das regiões norte e este.	620 milhões de euros
AfDB, IsDB, NOR, WB	Projeto de Transmissão de Temane	2015 - 2025	Linha de transmissão HVAC de 400 kV e circuito simples, 560 km, incluindo a construção de três subestações de 400 kV e a expansão da subestação de Maputo	537 milhões de dólares
EU, EDFI	ElectriFi Moçambique	2023 -2037	Acesso a eletricidade e serviços energéticos fiáveis, acessíveis e sustentáveis, com especial atenção à DRE, mobilizando fundos privados através de diferentes instrumentos financeiros.	15 milhões de euros
EU, KfW, NOR, WB	Interligação Moçambique - Malawi	2008 - 2025	Ligação do Malawi à SAPP através de uma nova linha de transmissão entre Matambo (Tete) e Phombeya (Malawi).	127 milhões de euros
EU, GER (KfW)	GET FIT Moçambique	2023 - 2024	Estimular o investimento privado em energias renováveis através de incentivos financeiros, mecanismos de mitigação de risco e de um fundo de assistência técnica	45 milhões de euros
EU, NOR, SWE, WB	ProEnergia	2020 - 2024	Apoia à implementação de ligações à rede elétrica pela EDM.	148 milhões de euros
FCDO, SWE	BRILHO (Energy Africa)	2019 - 2026	Colaborar com o governo e o setor privado para desenvolver o mercado de Fogões Melhorados, Sistemas Fotovoltaicos Domésticos, Mini Redes e sistemas energéticos para usos produtivos.	45 milhões de euros
GIZ, CH, GER, NOR, NL	Energizing Development (incl FASER - financiamento baseado em resultados)	2009 - 2026	Acesso à energia para mais de dois milhões de pessoas através da densificação da rede elétrica, mini redes comunitárias baseadas em centrais hidroelétricas, lanternas solares, sistemas fotovoltaicos domésticos (SHS) e fogões melhorados (ICS).	42 milhões de euros



Parceiro de Desenvolvimento	Nome do Projeto	Cronologia	Descrição do Projeto	Financiamento
IFC, OFID, US DFC	Central Térmica de Temane	2019 - 2024	Projeto do setor privado. Desenvolvimento, construção e operação de uma central termoeleétrica a gás de 450 MW.	100 milhões de dólares
EU, NOR, SWE	Reconstrução da subestação de Awasse	2023-2026	Reparação e reconstrução da infraestrutura elétrica	16,7 milhões de euros
AFD, EU, KfW, SWE, EIB	Projeto Hidroelétrico de Tsate	2023-2026	Uma nova estação hidroelétrica de 50 MW no rio Revué	200 milhões de euros
GER (KfW), NOR	Projeto de Investimento a Curto Prazo	2017 - 2024	Projeto de emergência para reabilitação de subestações e linhas de transmissão nas regiões sul e centro	43,91 milhões de euros
GER (KfW)	Green People's Energy	2022 - 2032	Promoção de investimentos privados em mini redes solares fotovoltaicas com armazenamento, através de incentivos financeiros, fomento do uso produtivo e prestação de assistência técnica.	23,5 milhões de euros
NOR, SWE, WB	ProEnergia Plus	2023 - 2027	Financiamento de ligações à rede elétrica nacional e de soluções fora da rede (off-grid), incluindo cozinha limpa e banda larga.	343 milhões de euros
NOR, SWE	Beyond the Grid Fund for Africa (BGFA)	2019 - 2023	Financiamento de iniciativas de energia renovável, sobretudo off-grid.	10,53 milhões de euros
NOR, SWE, WB	ProEnergia+	2023-2027	Programa de referência, fase 2, para ligações à rede elétrica e soluções fora da rede (off-grid)	343 milhões de euros
SWE	Vilanculos fase 2	2018 - 2022	Eletrificação rural da área de Vilanculos. Linhas de transmissão e distribuição.	39,85 milhões de euros
AfDB, WB	Projeto Songo – Matambo	2024 - 2028	Fase 1 dos corredores verdes, com o objetivo de reforçar a infraestrutura de transmissão entre Songo e Catixa-Matambo	133 milhões de dólares
NOR	Cooperação institucional do MIREME	2016-2027	Governança e reforço de competências do MIREME/ARENE	7,5 milhões de euros
EU, SWE, EIB, GER (KfW)	Linha de transmissão de Nampula-Angoche e Eletrificação rural	2023-2026	Construção da linha de transmissão de Nampula-Angoche	50 milhões de dólares
EU, SWE, EIB	Massinga Vilanculos TL	2025-2028	Reforço da linha de transporte para 220 kV e reabilitação/construção de subestações	50 milhões de dólares
DFC	Central Térmica de Temane	2021-2025	Melhoria da infraestrutura energética de Moçambique	200 milhões de dólares



Parceiro de Desenvolvimento	Nome do Projeto	Cronologia	Descrição do Projeto	Financiamento
DFC	Parque eólico de Namaacha	2024-2026	Apoio ao desenvolvimento de parques eólicos de grande escala em Namacha	99 milhões de dólares
OFID, ISDB	Linha de transmissão de Chibuto – Dzimbene e linha de transmissão de Vilanculos – Temane	2023 - 2025	Reforço da infraestrutura de transmissão e criação de corredores alternativos para a energia gerada pela CTT	20,0 milhões de dólares
Bélgica	RERD 2	2018-2025	Desenvolvimento de mini redes e pequenas centrais hidroelétricas em zonas off-grid	20 milhões de dólares
JICA	Central elétrica de emergência de Nacala, 40 MW	2024 - 2026	Construção de central elétrica a combustível duplo (Gás/Diesel)	45,0 milhões de dólares
EU e GER	Transição energética global – GET.pro (GET.invest e GET.transform)	2025 - 2028	Apoio à política climática e à transição energética	13 milhões de euros
Sida	GeraSol	2024-2028	Desenvolvimento de competências técnicas e interpessoais e criação de oportunidades de emprego na indústria solar, com foco em Sistemas Fotovoltaicos Domésticos (SHS), Mini Redes (GMG) e uso produtivo da energia (PUE) em Niassa, Nampula e Cabo Delgado.	6,3 milhões de euros
Sida	+SOL	2024-2028	Aceleração do mercado de mini redes em Moçambique através de uma colaboração estreita entre o Governo e o setor privado. A infraestrutura de mini redes será desenvolvida a nível nacional, com início nas províncias de Tete, Zambézia e Niassa.	10 milhões de euros
GER (KfW)	Projeto de Energia Renovável Multi-Tecnologia de Cuamba-Lichinga	2026-2029	Reabilitação das centrais hidroelétricas de Cuamba e Lichinga e expansão para locais multi-tecnológicos com instalação adicional de energia solar fotovoltaica, Província de Niassa.	17 milhões de euros



**LET'S CONNECT
300M PEOPLE
IN AFRICA TO
ENERGY BY
2030**

MISSION300
#PoweringAfrica

